{ ENERGIA, } uma questão social

Discutir a questão energética é fundamental para entendermos como a energia elétrica virou uma mercadoria e não um bem publico. Nos dias 26 e 27 de janeiro aconteceu o seminário "Panorama da Questão Energética na América Latina" promovido pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) na UFRJ no Rio de Janeiro. Lá foi debatida a questão energética internacional e o consenso foi que as privatizações foram um crime. Representantes da Colômbia, México, El Salvador, Venezuela contaram suas experiências e ao final a constatação é de que em cada um destes países, incluindo o Brasil, as leis aprovadas para a entrega do patrimônio publico são idênticas e representaram um erro que penaliza o povo e beneficia as grandes corporações transnacionais, colocando em risco a soberania nacional.

O Sinergia participou do seminário aproveitando a formação de seus diretores no curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo promovido pelo MAB e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No dia 27 à tarde o debate foi com o professor Dorival Gonçalves Jr. (UFMT) sobre a questão energética no Brasil.

A seguir, publicamos anotações do diretor Marinho Maia feitas durante o seminário sobre a exploração no atual modelo energético:

"A energia é considerada pelos capitalistas como uma mercadoria que gera muito lucro. A partir do processo de privatização do setor elétrico brasileiro, a energia foi transformada numa grande mercadoria e quem passou a controlá-la foram as empresas multinacionais. Tornou-se um grande negócio que movimenta em torno de RS 100 bilhões por ano. Entre dezembro de 1995 (início da privatização) e final de 2006 a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reajustou as tarifas residenciais de energia elétrica em 386,2%, quase o dobro da inflação. O domínio privado trouxe conseqüências desastrosas ao povo brasileiro e impôs uma superexploração da população ao mesmo tempo em que privilegia os grandes consumidores de energia. Do ponto de vista de postos de trabalho, o setor elétrico brasileiro, antes da privatização, possuía mais de 200 mil trabalhadores/as, mais da metade foram demitidos e hoje tem pouco mais de 100 mil.

No Brasil, mais de 80% da energia elétrica vem de fonte hídrica, considerada uma das energias com o menor custo de produção. Em grande parte, o baixo custo de produção da energia é fruto do descaso com que as empresas construtoras de barragens tratam a população atingida pelas obras, não ressarcindo o que é de direito de cada família. Hoje, 70% das famílias atingidas por barragens no Brasil não são consideradas como tal pelas empresas construtoras, portanto ficam sem terra, sem casa, sem nada. Outro fator para o baixo custo de produção da energia é o fato das empresas não considerarem nem repararem os graves custos ambientais.

Mesmo com o suposto baixo custo, o preço da energia elétrica deixou de ser cobrado pelo seu custo de produção real (baseado na hidroeletricidade) para ser definido pelos padrões internacionais e determinado pela energia que tem o maior custo de produção, predominante nos demais países: a energia térmica, proveniente principalmente do petróleo. Isso significa que o modelo energético brasileiro foi organizado para permitir que as empresas controladoras da energia (multinacionais) possam extrair as mais altas taxas de lucro. Dessa forma, nós pagamos um dos preços mais altos do mundo pela energia, superior ao de muitos países onde a população tem um salário muito maior do que o salário do povo brasileiro. Por exemplo, em média, os brasileiros pagam o dobro do preço cobrado nos Estados Unidos.

A tendência para os próximos anos, se não ocorrer nenhuma transformação de caráter popular, é acelerar a construção de usinas em todas as regiões do Brasil, especialmente na região amazônica. Os planos de hidrelétricas no Rio Madeira são exemplos disso. Combatê-las deve ser um compromisso de todo povo brasileiro. Não se trata de uma luta apenas da população atingida pelos lagos das hidrelétricas, todo povo brasileiro é atingido pelas altas tarifas, pela privatização da água e da energia, pelo caráter do financiamento via BNDES. Portanto, a luta da energia deve se transformar em luta popular porque, antes de tudo, é uma luta pela soberania de nosso país.

O discurso de escassez de energia tem sido o principal argumento ideológico para justificar novas obras, os aumentos de tarifas e o financiamento público, através do BNDES. No entanto, o cenário mundial de crise energética afeta principalmente os países centrais do capitalismo (Estados Unidos, Europa e Japão), pois são eles que consomem 70% de toda energia do mundo, apesar de possuir apenas 21% da população mundial. Ao analisarmos estes números percebemos que não se trata de uma questão referente à quantidade de energia a ser produzida, e sim de um padrão de vida e de consumo nestes países, que é incompatível com a possibilidade de ser reproduzido mundialmente. Ou seja, é impossível manter o nível de produção de energia para satisfazer este padrão de consumo.

Existe energia suficiente para todos os brasileiros. Em estudo recente, o professor Dorival Gonçalves Junior, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), informou que no Brasil sobram, hoje, mais de 8 mil megawatts de energia elétrica, ou seja, 8 milhões de kilowatts. Esta sobra de energia equivale a toda a produção de Itaipu, que é a maior barragem do Brasil e uma das maiores do mundo. No mesmo estudo, o professor aponta que, mantendo os atuais níveis de crescimento econômico, não vai faltar energia nos próximos anos, nem que o governo não faça nenhuma nova usina".

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1067 - 2 de fevereiroV de 2011

-IMPRESSO-

Colaborador, não!

A diretoria da Eletrosul resolveu manter o uso do termo empregado para denominar seus trabalhadores, em contraposição ao termo ***colaborador*** como queria a Eletrobras. Este gesto vai ao encontro do que determina a legislação brasileira: a CLT é clara em seu artigo 3º, em denominar empregado, toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

A direção do Sinergia, através do jornal Linha Viva e de outras manifestações, vinha fazendo duras críticas ao uso da terminologia colaborador por ter o mesmo entendimento da advogada Meirivone Aragão, qual seja: "essa denominação não serve para os empregados admitidos sob o regime da CLT, merecendo repúdio da Justiça, das entidades sindicais e dos trabalhadores, enquanto de fato e de direito não tiverem a liberdade de colaborar, o que ocorrerá quando a Justiça Social for finalidade maior que o lucro, nas relações de trabalho".

O Sinergia espera que essa "luz" também se espraie para as demais empresas do grupo Eletrobras. Afinal de contas, bom senso nunca é demais!

Dilma se reúne com PMDB e afasta diretoria de Furnas

Investimentos 2011
O grupo Eletrobras responde por R$ 8,1 bilhões. Somente Furnas fica com R$ 1,26 bilhão dessa fatia. A Chesf, comandada pelo PSB, terá investimento de R$ 1,5 bilhão.Já a Eletronorte, outro feudo peemedebista, contará com R$ 807 milhões, enquanto a Eletrosul, controlada pelo PT, terá R$ 445 milhões para investir.

Após intensas negociações, a presidente Dilma Rousseff decidiu afastar a diretoria de Furnas, estatal objeto de denúncias de corrupção e de disputa entre PMDB e PT. O novo comando da estatal será constituído de nomes técnicos, segundo acordo firmado entre o Planalto e PMDB no fim de semana - e que deve servir de modelo para o preenchimento dos cargos do 2º escalão. O acordo somente foi possível após a cúpula do PMDB entregar a cabeça do deputado Eduardo Cunha (RJ), padrinho político do atual presidente de Furnas, Carlos Nadalutti. Em troca, peemedebistas exigiram que o PT assumisse sua responsabilidade nas decisões tomadas pela direção da estatal.

Para entender o caso - Divulgado na semana passada pelo GLOBO, documento elaborado por engenheiros de Furnas enumerou uma série de irregularidades na estatal, entre as quais o reajuste de contratos sem justa causa e a frequente dispensa de licitação. Os autores do dossiê atribuíram os problemas ao aparelhamento político da empresa pelo PMDB fluminense. Desde 2007, Furnas é comandada por dirigentes ligados ao PMDB. O atual presidente da estatal, Carlos Nadalutti Filho, é filiado ao partido. Ao tomar conhecimento das denúncias, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a quem são atribuídas nomeações na empresa, acusou setores do PT do Rio de estarem por trás das acusações. Em reportagem na quinta-feira, O GLOBO mostrou que uma empresa com dirigentes ligados a Cunha, a Companhia Energética Serra da Carioca II, foi supostamente favorecida em transação financeira que envolveu Furnas. Depois que a estatal abriu mão da opção de compra, a Serra da Carioca adquiriu um lote de ações do empreendimento Serra do Facão Participações (GO) por R$ 6,9 milhões. Sete meses depois, o mesmo lote foi comprado por Furnas por R$ 80 milhões.

LINHAVIVA

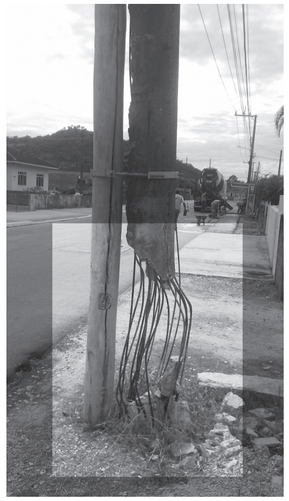
Patrimônio Público: De quem é a responsabilidade?

Desleixo e desmandos na Celesc

As coisas não andam bem na agência da Celesc em Florianópolis (ARFLO). Isso pode ser constatado até pelo cidadão comum que passa, por exemplo, na frente do prédio onde ela funciona. Um matagal tomou conta de tudo. Se tivesse acesso ao interior do prédio veria caros equipamentos atirados no meio do mato sem qualquer cuidado. Mas nem precisa ir até a agência para perceber isso. Há meses dezenas de postes em Florianópolis estão escorados pelo "pé amigo" – uma improvisação feita com postes de madeira para manter de pé estruturas corroídas ou inclinadas.

Além disso a Intercel observa que não há critérios claros, por exemplo, para o turno de revezamento: é de um jeito em Florianópolis, é de outro em Tijucas. Estes e outros problemas (como do empregado de Tijucas que não aparece para trabalhar, mas recebe seu salário), foram levados ao conhecimento do presidente Gavazzoni. A Intercel está à espera de uma resposta ainda para esta semana. Para os sindicatos é hora de acabar com esse período na ARFLO para que reine a tranqüilidade tão necessária para a realização de um bom atendimento à população catarinense e a preservação de um local de trabalho sem pressão, sem adoecimentos e sem acidentes.

Comando Delta – Algumas práticas antigas voltaram a ser usadas pelos gerentes da ARFLO - as mesmas do famigerado "Comando Delta": como chantagear familiares de dirigente sindical. Intimidar trabalhadores é crime. O Brasil vive hoje uma democracia ainda jovem, estamos aprendendo a ter liberdade e regular nossos atos pelo que é justo, por isso ninguém mais aceita resquícios de autoritarismo.



O "Comando Delta" surgiu durante a ditadura militar (1964/85) mas empresas publicas. Formavam o "esquadrão" empregados escolhidos para delatarem seus colegas. O medo, o terror, a coação, o terrorismo psicológico, a propaganda contra o comunismo, tudo isso era ferramenta para poder caçar os que se opunham ao regime repressor.

Em sentido horário, começando por foto abaixo: frente da Arflo invadida por mato, ao ládo pátio interno. Equilibrio precário no poste da Lagoa e, nas duas últimas fotos, exemplos de "pé amigo" encontrados em vários cantos da cidade.

E imprudência na Eletrosul

Vai ficar como está. Esta foi a decisão (ou indecisão?) da reunião de Cipeiros, empresa e arquiteto para resolver o problema dos canteiros de flores instalados em três escadarias externas da sede da Eletrosul, em Florianópolis. A obra faz parte de uma licitação para uma revitalização do prédio que tem mais de três décadas. Em termos de segurança, só de olhar aqueles canteiros no meio das escadas se percebe que a obra está condenada. A decisão foi tomada à revelia da opinião da Cipa/sede.

Na reunião, a empresa de arquitetura vencedora da licitação defendeu o leiaute. Argumentou que o projeto foi aprovado pela Eletrosul e que existem obras públicas com muito mais problemas do que este. Disse ainda que uma mudança necessitaria de um adendo ao contrato – ou seja, um pagamento extra.

Como solução "intermediária" ficou acertado que a área útil será menor para que as pessoas só circulem nos degraus sem obstáculos; e que os canteiros serão sinalizados com plantas maiores e iluminados para serem vistos à noite.

Faltou dizer que pequenos erros não validam erros maiores. O projeto passou pelo crivo da Eletrosul, que não percebeu o risco. A empresa que ganhou a licitação é responsável pelas soluções que apresenta. Os envolvidos portanto devem procurar a melhor saída, mesmo que implique em perdas (seja para a Eletrosul, seja para a empresa que se candidatou a trabalhar com uma obra pública, paga com dinheiro público).

E, no futuro? O prédio pode receber a visita de qualquer cidadão. Se acontecer algum acidente, quem é responsável? Apenas a Eletrosul e os cofres públicos?

Detalhes em branco apontam os controversos canteiros instalados em três escadas externas da sede da Eletrosul, em Florianópolis

Artemis & Uirapuru:

Empresa de primeira, negociação de terceira

Aconteceu na última segunda-feira, dia 31 de janeiro, a 4ª rodada de negociação da pauta de reivindicações dos trabalhadores/as da Artemis e Uirapuru. Esta reunião aconteceu com a intermediação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, devido ao impasse estabelecido no processo negocial. A proposta que havia sido apresentada empresa na segunda rodada (25 de novembro) e rejeitada pela assembléia da categoria foi mantida pela empresa na terceira rodada (9 de dezembro), sem alteração significativa. Diante da falta de espaço de negociação, o Sinergia procurou a intermediação do MTE, na expectativa de que pudesse haver avanço na proposta da empresa. O resultado desta nova reunião não podia ser pior. A empresa mantém sua proposta inalterável, diz que não existe possibilidade de avanço.

A proposta da empresa: reajuste de 6,2% no salário e no vale alimentação (data-base 1º de novembro); calendário de compensação coletiva, seguindo o definido pela Eletrosul. Nem sequer a cláusula de homologação da rescisão dos empregados, ou a cláusula de multa por descumprimento são aceitas pela Artemis & Uirapuru.

Ironias: no mesmo dia em que se realizava a negociação na SRTE era anunciada oficialmente a aquisição da Artemis e da Uirapuru pela Eletrosul, que agora detém 100% das ações da primeira e 75% da segunda. Nas reuniões anteriores os diretores da empresa alegavam que o limite da proposta era dado pelo Conselho de Administração (dominado pelo acionista majoritário, o grupo espanhol). Agora a desculpa é que não dá pra fazer nada na transição do controle, que deve demorar até 8 meses.

Os números (do exercício 2009):

Receita líquida: Artemis R$ 49,5 milhões / / Uirapuru R$ 16,9 milhões

Folha de pagamento bruta (salários, benefícios, encargos, treinamento): R$ 112 mil / R$ 86 mil

A folha bruta representa 0,2% da receita líquida na Artemis e 0,4% na Uirapuru.

Segundo a Eletrosul, a aquisição represente um acréscimo de quase R$ 500 milhões em ativos ou 10% da receita líquida anual da Eletrosul.

Esta semana o Sinergia estará realizando assembléia com os trabalhadores/as para definir os encaminhamentos.

Atenção,

Prazo para responder a pesquisa termina acaba semana que vem -- Os trabalhadores da Eletrosul tem prazo até 11 de fevereiro para entregar a pesquisa de data base organizada pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários/ Intersul. Se você ainda não respondeu, acesse o site www.fnucut.org.br ou no link enviado através do boletim eletrônico. As assembléias para formação e aprovação das propostas para a pauta e para a eleição dos delegados que participarão da plenária da Intersul começam na semana que vem. Fique atento à chamada do seu sindicato.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS 4966). Conselho Editorial: Sigval Schaitel. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

No sábado passado, dia 29, o Stieel foi o anfitrião de uma grande festa que marcou a posse da nova diretoria e representantes, gestão 2011 à 2015. Cerca de 200 pessoas de todo estado estiveram presente ao evento. A nova diretoria agradece a presença de todos e, mais uma vez, confirma sua vontade de "estar sempre fazendo o que acreditamos ser o melhor para os trabalhadores: cuidar de seus contratos de trabalho e assim poder melhorar suas vidas e de suas famílias. Um abraço a todos aqueles que não puderam estar presentes, mas que temos certeza, estarão sempre conosco. Podem contar com a gente".

Eleições sindicais

Na semana passada o Sinergia percorreu os locais de trabalho para divulgar o processo eleitoral da entidade. Acompanhados pelo personagem "Magrão", um bem-humorado apresentador de auditório, os dirigentes do Sinergia distribuíram material informativo sobre eleições para Diretoria e Conselho Fiscal. O objetivo da percorrida (que aconteceu nos dias 26, 27 e 28) é dar ampla divulgação ao processo e envolver a categoria nesse importante momento do Sindicato.

Mais do que colocar um voto na urna para eleger uma diretoria para os próximos três anos, a eleição é uma oportunidade para o debate sobre a atuação do sindicato, sobre os rumos a seguir e os desafios colocados para os eletricitários/as. É também um momento para que cada um reflita e se motive a participar da organização de sua entidade, seja fazendo parte de alguma chapa ou votando, filiando-se e participando das ações coletivas.

Se você tem dúvidas, sugestões ou críticas, procure um diritente sindical no seu local de trabalho ou escreva para sinergia@sinergia.org.br.

Inscrições das chapas: de 11 a 25 de fevereiro de 2011.

Eleições: dia 14 de março (as 6 às 18 horas).

FOTO SONIA VIL/CELOS/DIVULGAÇÃO

Dia 27 de janeiro aconteceu a posse da nova diretoria da CELOS, no auditório da Apcelesc em Florianópolis. Os novos diretores João Paulo de Souza (diretor de Seguridade eleito pelos aposentados) e Arno Veiga Cugnier (diretor administrativo/financeiro eleito pelos ativos) ficarão no cargo até 2014. O presidente da CELOS, Milton Garcia, indicado pela Celesc, permaneceu no posto. Participaram da solenidade de posse, além do presidente da CELOS e do Conselheiro Deliberativo da fundação, Adriano Medeiros, o presidente da Celesc Holding, Antonio Marcos Gavazzoni, o Presidente da Apecelesc, Edalício Cruz dos Anjos e o coordenador da Intercel, Orlando Nestor Gretter